Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Muito além das igrejas

O julgamento iniciado, ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), com o voto contrário do relator, ministro Gilmar Mendes, à liberação de celebrações religiosas presenciais, como cultos e missas, em razão da pandemia da covid-19, extrapola a crise sanitária e diz respeito à existência de um Estado laico e sua relação com a sociedade no Brasil. A ideia da separação entre a política, o Estado, e a religião e igrejas não é um assunto tão pacificado como deveria, embora preconizada por Nicolau Maquiavel, em *O Príncipe*, desde o século XVI.

A discussão na Corte foi provocada por liminar do ministro Kassio Nunes Marques a favor da liberação dos cultos, a pretexto defender a liberdade religiosa, acolhendo pedido da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos. Sua decisão acabou confrontada por outra liminar, do ministro Gilmar Mendes, em favor do governo de São Paulo, que proibiu as celebrações em razão das medidas de distanciamento social para combater a pandemia.

Há jurisprudência do Supremo reconhecendo as prerrogativas de governadores e prefeitos para agirem dessa forma, mas não há súmula vinculante. A novidade é o entendimento de três aliados do presidente Jair Bolsonaro, com viés "terrivelmente evangélico": o ministro Nunes Marques, indicado por Bolsonaro, o mais novo integrante da Corte; o advogado-geral da União, André Mendonça, que citou várias vezes a *Bíblia* e nenhuma vez a Constituição de 1988 no julgamento; e o procurador-geral da República, Augusto Aras, que também deveria defender o caráter laico do Estado, mas adotou uma linha juridicamente enviesada.

> *"É surreal a polêmica que ocorre no Supremo, no momento mais dramático da pandemia, que registrou 3.829 mortes por covid-19 e 92.625 novos casos nas últimas 24 horas"*

"As pessoas têm o direito de professar sua fé, direitos e garantias são postos em defesa do cidadão contra o Estado e não em favor do Estado contra cidadãos. A ciência salva vidas; a fé também", argumentou Aras, em defesa da liberação de cerimônias religiosas em todo o país. O procurador-geral da República disputa com o advogado-geral da União a indicação, pelo presidente Jair Bolsonaro, para a vaga do ministro Marco Aurélio Mello no STF. O decano da Corte se aposentará em 5 de julho.

Essa polêmica é surreal, pois ocorre no momento mais dramático da pandemia, que registrou, nas últimas 24 horas, 3.829 mortes por covid-19 e 92.625 novos casos, aumentando o número de óbitos pela doença para 340.776. O total de casos confirmados se aproxima de 13,2 milhões. O Supremo já assegurou autonomia aos estados e municípios para que tomem medidas de combate ao coronavírus, mas a decisão é questionada pelo presidente Bolsonaro.

Duas liberdades

Ao defender sua posição, André Mendonça invocou o filósofo britânico Isaiah Berlin, autor de um clássico do liberalismo do século XX: *Dois conceitos de liberdade* (Editora Universidade de Brasília). Berlin discute os conceitos de "liberdade positiva", a ausência de impedimentos à ação do indivíduo e "liberdade negativa", a qual estabelece condições para que os indivíduos ajam de modo a atingir seus objetivos.

Berlin sustenta que o indivíduo só é livre na medida em que nenhum outro homem, ou grupo, interfira em suas atividades. O julgamento ocorre na fronteira entre as vidas privada e pública. A ideia de liberdade positiva tangencia o conceito de liberdade civil de Rousseau: "Quanto mais eu obedeço a lei civil, mais livre eu sou, já que ajudo a elaborá-las". Simplificando, é como se dissesse que, para o próprio bem, o indivíduo não está sendo coagido.

A Constituição de 1988, fortemente influenciada pelo liberalismo radical do deputado Ulysses Guimarães, pautou-se por outro pensador inglês, Stuart Mills, para quem devemos ter "liberdade na busca pelo nosso próprio bem, da forma que melhor nos apetece, desde que isso não interfira na possibilidade de os outros fazerem o mesmo". O indivíduo pode até ser livre para causar dano a si mesmo, mas não aos outros; dependendo das circunstâncias e dos interesses da maioria, a liberdade pode ter limitações. Esse é o xis da questão na crise sanitária, que Bolsonaro não está levando em conta.

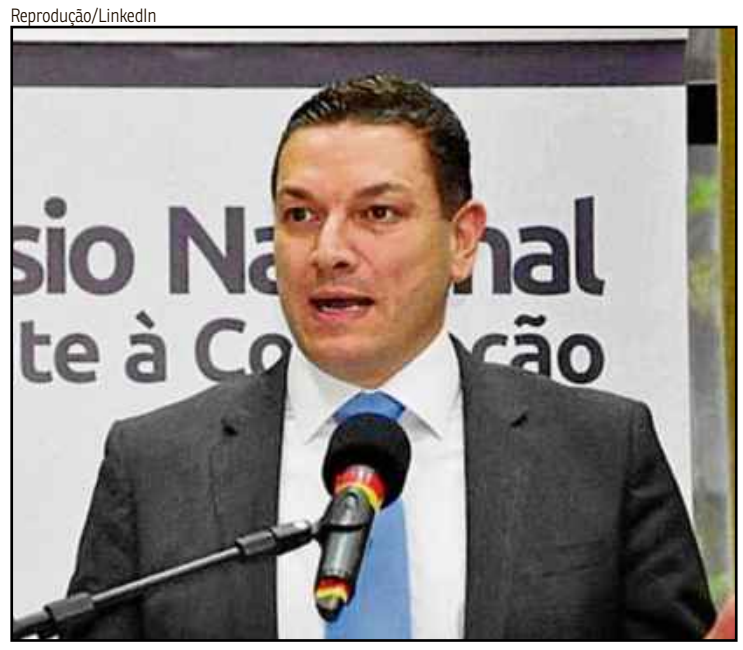
PODER

Pedidos por PF independente

Escolha por Paulo Maiurino, com perfil mais político do que técnico, para diretor faz entidades apelarem por uma atuação dele desvinculada do governo e focada na instituição

» LUIZ CALCAGNO
» SARAH TEÓFILO

Reprodução/LinkedIn



Maiurino exerceu cargos de caráter político, o que causa tensão na PF

O perfil mais político do novo diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Maiurino, virou alvo de críticas na corporação, mas foi comemorado pela Bancada da Bala no Congresso. Os parlamentares ligados à área da segurança pública também aprovaram a escolha do novo ministro da Justiça, Anderson Torres, e destacam que a trajetória política de ambos é um bom sinal de aproximação do Executivo com o Congresso, em especial a área da segurança pública, que se sente relegada pelo governo que ajudou a eleger.

Paulo Maiurino já ocupou cargos de caráter político — diferentemente do seu antecessor, Rolando de Souza, cujo perfil é mais técnico —, o que causou certo desconforto na corporação. Ele ficou afastado da instituição exercendo funções de assessor nas secretarias de Segurança Pública de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal. Também foi secretário de Esportes do estado de São Paulo, na gestão Geraldo Alckmin, e secretário de segurança do Supremo Tribunal Federal (STF), no ano passado.

As ligações políticas de Maiurino fizeram com que entidades policiais emitissem notas pedindo independência dele à frente da PF. A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) e a Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (Fenadepol) divulgaram comunicado conjunto no qual afirmaram que a corporação foi abandonada pelo governo de Jair Bolsonaro. No texto, destacaram que se colocam "à disposição para ajudar a proteger e fortalecer a PF".

O presidente da ADPF, Edvandir Paiva, ressaltou, em entrevista ao programa *CB.Poder* — parceria entre o **Correio** e a TV Brasília — que os integrantes da instituição buscam um novo modelo de gestão, em que a PF não sofra tanto com crises no governo (**leia abaixo os principais trechos**). Por sua vez, a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) propôs uma reunião com Maiurino para reforçar pontos essenciais. Entre os quais, reforçar que a PF "é polícia de Estado, não de governo".

Já o presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal, Egídio Araújo pediu tempo para que o diretor apresente serviço. "Ele é policial federal, e o que se espera é que exerça sua liderança, dando ênfase ao tecnicismo que os trabalhos da PF exigem. Se vai ser mais político do que policial, preferimos aguardar. É fato que o trabalho policial não deve se pautar pela política", ponderou.

Parlamento

Na Câmara, o coordenador da Frente Parlamentar da Segurança Pública, Capitão Augusto (PL-SP) elogiou as escolhas de Torres e de Maiurino e ressaltou que ambos têm histórico de "relacionamento político". O novo ministro já foi chefe de gabinete do ex-deputado federal Fernando Francischini (PSL-PR) e é benquisto pela Bancada da Bala. "O que está faltando do Executivo para o Legislativo é o diálogo. Com os dois, vai melhorar bastante o diálogo com o Congresso, e é o que nós estávamos precisando", destacou Capitão Augusto.

Integrante da Frente e agente da PF, o deputado Aluísio Mendes (PSC-MA) frisou que o novo diretor da corporação é uma pessoa com experiência, ainda que esteja afastado da função policial há um certo tempo.

A Bancada da Bala vai preparar reivindicações para levar ao novo ministro. Capitão Augusto enviou, ontem, ofícios a entidades representativas da PF, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Militar, Polícia Civil e de agentes penitenciários para que apresentem três pautas prioritárias, a serem levadas a Torres em reunião na próxima semana.

Duas das pautas mais importantes para servidores da área, como disse o deputado, são a proteção das carreiras dos policiais na reforma administrativa e dispositivos que os atingiram na proposta de emenda à Constituição já aprovada. "O pessoal quer restituir o que perdemos no governo Bolsonaro", enfatizou.

Abin nega ter ajudado Flávio

O diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem, e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) negaram a produção de relatórios para orientar a defesa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), no caso das rachadinhas na Assembleia Legislativa do Rio. Informações sobre os relatórios foram divulgadas, em 2020, pela revista *Época*. Em nota, ontem, o GSI, disse que sindicância da Abin concluiu haver indícios de atuação de servidor, "que falseou a verdade e repassou informações à imprensa". Em vídeo, Ramagem afirmou que houve vazamento "para dar suporte básico de veracidade à construção" das "mentiras da imprensa".

>> entrevista EDVANDIR PAIVA

"Diretor-geral deveria ser por mandato"

» GABRIELA BERNARDES*

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

A Polícia Federal já está no quinto diretor-geral desde 2017. Só no governo Bolsonaro foram três. A troca de Rolando de Souza por Paulo Maiurino foi realmente necessária?

O sistema funciona assim: como é um cargo de confiança, sempre que há trocas no Ministério da Justiça é esperada a troca do diretor-geral na Polícia Federal. Porém não é esse o modelo que nós gostaríamos, o modelo deveria ser por mandato, escolha por lista e autonomia da Polícia Federal.

O projeto para a mudança de modelo ainda está tramitando no Congresso. Há alguma perspectiva de aprovação?

Nós entendemos que o Legislativo já poderia, há muito tempo, ter aprovado a gestão por mandato, a escolha por lista e algumas autonomias para a Polícia Federal. O projeto da PEC 412 está no Congresso desde 2009, mas, infelizmente, ainda não conseguimos convencer os deputados a aprová-lo, o que evitaria todas essas intempéries e questionamentos a cada vez que ocorre troca na PF.

Com tantos políticos investigados, o senhor acredita que eles aprovarão esse projeto?

Mesmo que, hipoteticamente, uma parcela dos deputados e senadores tenha essa preocupação, é possível aprovar um mecanismo de controle dessa autonomia, um contrato de gestão ou aprovar um conselho externo. É possível aprovar um projeto que mantenha a Polícia Federal com uma capacidade de atuação importante, mas sem sofrer tantos intempéries a cada troca de ministro ou gestor.

A ADPF divulgou nota dizendo que se sente abandonada pelo governo. Isso vale para o Legislativo também?

Há, sim, um descontentamento dos policiais e dos delegados com o governo, pelo tratamento que vem sendo dado nos últimos anos. Como exemplo, as reformas, que retiram direitos dos policiais. Não que não pretendemos dar a nossa cota de participação, mas é que demos, e outras categorias que trabalham na mesma condição que a nossa, como a dos militares, tiveram um tratamento diferenciado. Isso causou uma sensação de desprestígio. Durante a PEC Emergencial, houve uma aprovação que nos preocupou, que é o congelamento de investimentos e contratação na Polícia Federal por até 15 anos. Além disso, a PEC da reforma administrativa é desastrosa para uma instituição de Estado, pois cria a possibilidade de mexer nas instituições por decreto. O presidente poderia mudar estruturas de cargos de carreira ou até mesmo de cargos comissionados.

Essas mudanças de gestores da PF podem influenciar as investigações em curso?

Esperamos que não. O dr. Paulo Maiurino é um delegado com mais de 20 anos de carreira e experiências dentro e fora da Polícia Federal. Nós acreditamos que isso vai possibilitar que ele tenha o traquejo necessário para a condução do órgão. O que os delegados esperam do diretor da Polícia Federal é que ele proteja a instituição e garanta que as investigações continuem, de acordo com o entendimento do delegado que a conduz.

As diversas trocas de diretores, nos últimos anos, atrapalham o trabalho dos investigadores?

As mudanças reiteradas na PF causam uma parada no ritmo de todos os trabalhos. Quando, por exemplo, um investigador precisa de um recurso num caso, e há uma mudança, ele fica aguardando o próximo chefe chegar para, então, pedir seus recursos, o que naturalmente quebra o ritmo da apuração. Há também outros trabalhos da polícia que dependem de decisões de áreas que sofrem trocas em todas as diretorias, superintendências e chefia de delegacias.

***Estagiária sob supervisão de Cida Barbosa**